

O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS ADAPTADAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Allen Cliss Correia Ferreira; José Euller de Almeida Cordeiro; Fernanda dos Santos; Patrícia dos Santos Figueiredo Nascimento; Josenaldo Lopes Dias.

(Universidade Estadual da Paraíba, allencless9@gmail.com)

Introdução

No Brasil, a educação inclusiva fundamenta-se na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988), a qual garante a todos o direito à igualdade (art. 5º). No seu artigo 205, trata do direito de todos à educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, a seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004). Em conformidade com tal Constituição, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, aprovou nova lei baseada no disposto da Convenção de Guatemala que trata da eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa portadora de deficiência e deixa clara a impossibilidade de tratamento desigual aos deficientes (BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004). Paralelamente a esses documentos, declarações internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), e a Declaração de Salamanca (SALAMANCA, 1994), reforçam movimentos em favor de uma educação inclusiva, afirmando uma situação de igualdade de direitos entre os cidadãos (OLIVEIRA, 2004).

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência (BRASIL, 2008).

As instituições assistenciais de atendimento às pessoas com deficiência surgem em um período caracterizado pela precariedade da educação (com um número muito pequeno de instituições escolares públicas), pela quase inexistência de uma educação pública e, ainda, com o “espaço” garantido pela legislação (BRIZOLLA, 2007).

Um exemplo dessas instituições são as APAEs, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que surgiram em 1954, no Rio de Janeiro. E caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional (APAE BRASIL, 2018).

Hoje, no Brasil, essa mobilização social presta serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessita, constituindo uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que hoje conta com cerca de 250 mil pessoas com estes tipos de deficiência (APAE BRASIL, 2018).

Segundo Azevedo; Barros, (2004) o esporte é uma peça importantíssima no processo de inclusão social, pois através deste o indivíduo atingirá a dimensão total de inclusão social. Isso pode ser facilmente comprovado por ser um instrumento simples, acessível e eficaz, o qual contribui muito para que o indivíduo se sinta parte do meio social.

Entende-se que o esporte é de suma importância no meio social, o interessante é que através do esporte a pessoa pode liberar sentimentos como nervosismo, estresse, raiva, medo, frustração, além de ter o poder de fornecer aos praticantes sentimentos como satisfação, auto realização, alegria e autoconfiança, influenciando assim uma visão de si mesmo e nas dos outros. Por isso, consiste a aplicação de mecanismos que podem estar servindo para treinar e desenvolver habilidades físicas e sociais em deficientes físicos (SOUZA, 2007).

No ano de 2017 ocorreu o processo de voluntariado como professora de Educação Física na APAE, no município de Aroeiras-PB, que ganha incentivo e aperfeiçoamento com aulas de Educação Física, novas estratégias de ensino e práticas educativas na modalidade de ensino EJA.

Este Estudo tem por objetivo relatar a experiência de levar o aprendizado no universo do adulto com deficiência acerca do conteúdo Bocha, pertencente aos esportes paraolímpicos, respeitando as características individuais das deficiências de cada um, por meio da utilização de oficinas e prática utilizando os materiais confeccionados pelos alunos.

Metodologia

A oficina foi desenvolvida com base na unidade temática esportes, mediante vivência do conteúdo Bocha Adaptada. Durante o período de duas semanas, direcionados aos alunos na faixa etária de 13 a 39 anos. Os mesmos participaram de atividades para a confecção do material esportivo semelhante ao usado na prática da Bocha Adaptada, sendo estes moldados a partir de materiais reciclados (sacolas plásticas), arroz, fitas adesivas, bexigas, onde foi possível aproximar-se do formato, peso e cores das bolas oficiais. Em seqüência os alunos tiveram a oportunidade de vivência desta modalidade com as bolas confeccionadas por eles, e também com objetivo de se trabalhar a habilidade manual.

Para o planejamento, desenvolvimento e elaboração foram desempenhadas atividades de produção e elaboração do plano proposto assim como os materiais utilizados para a oficina, além de leituras e visualizações de vídeos e documentários. Desde a oficina como a vivência da modalidade, ambas ocorreram na sala da biblioteca da APAE, um dos fatores que foi determinante para a escolha do ambiente que foi adaptado para as atividades, foi o fato do mesmo ser o local mais silencioso da associação e também de maior espaço físico, possibilitando uma maior concentração e movimentação corporal durante a realização das atividades.

Resultados e Discussão

Diante da ludicidade contida nas atividades o conhecimento sobre o conteúdo proposto tornou-se mais fácil de ser vivenciado pelos alunos. A formação lúdica possibilita ao educador interagir como pessoa, saber de suas possibilidades, desbloquear resistências e ter uma visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, do jovem e do adulto (SANTOS, 1997; KISHIMOTO, 1999). A criação das bolas a partir da oficina foi feita de maneira demonstrativa, onde cada aluno a partir daí criou seu equipamento para a utilização durante a vivência de maneira autônoma. Segundo Snyders (1988), o despertar para o valor dos conteúdos das temáticas trabalhadas é que fazem com que o sujeito aprendiz tenha prazer em aprender. Tendo em vista que, ao final da vivência se tinha um seguimento gradativo de dificuldades, a abordagem esportivista abre espaço para a desenvolvimentista, a educação a partir do movimento também presente na psicomotricidade, em parceria com a ludicidade, que na educação especial pouco se é trabalhado, mas que se faz de grande importância em termos de desenvolvimento pessoal e promoção humana, dentro de uma visão bio-psico-social.

Neste contexto, os alunos contribuíram de forma ativa no processo ensino aprendizagem, onde foi possível perceber sempre ao final das atividades, que a alegria e a descontração contagiam

o grupo e as pessoas envolvidas, pela liberdade conquistada, ou pelo simples fato de usufruírem – ainda que por alguns momentos apenas – de um espaço de oportunidades em que desenvolvem habilidades e adquirem performance dentro de seus limites e condições próprias, descobrindo em si mesmos possibilidades até então desconhecidas

Enquanto educadores preocupados com o futuro de nossos alunos, temos o compromisso de participar da construção de saberes, utilizando técnicas que surtam os efeitos desejados de forma a amenizar as dificuldades de aprendizagem. Buscando ferramentas que possibilitem a educação total do indivíduo, proporcionando vivências construtivas e assimilações de saberes.

Conclusões

Diante do relato, percebe-se que a introdução do conteúdo esportes na modalidade de ensino EJA, com ênfase na psicomotricidade e atividade adaptada, se dá de maneira oportuna uma vez que, há real carência da realização de atividades motoras e práticas inclusivas nas aulas de educação física nesta modalidade de ensino onde encontramos alunos com múltiplas deficiências. A importância da ludicidade e criatividade são ressaltadas e os primeiros passos para a formação de uma educação emancipatória vão sendo introduzidos de maneira sutil através das oficinas, onde os alunos confeccionam seus próprios materiais de uso durante as aulas, aperfeiçoando características cognitivas e motoras.

[...] a sala de aula tem de transformar-se ela própria em campo de possibilidades de conhecimento dentro do qual há que optar. Optam os alunos tanto quanto os professores e as opções de uns e de outros não têm de coincidir nem são irreversíveis. As opções não assentam exclusivamente em ideias já que as ideias deixaram de ser desestabilizadoras no nosso tempo. Assentam igualmente em emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares sentidos inesgotáveis (SANTOS, 2009, p. 19).

É especificamente na educação especial, que ocorre uma ampla necessidade de se explorar atividades que auxiliem no desenvolvimento das habilidades motoras, que possibilitam um amplo domínio do corpo em diferentes situações do cotidiano, como: andar, comer, sentar, correr.

Assim, podemos destacar como benefícios obtidos através dos esportes adaptados a melhora do condicionamento físico, pois segundo (PY e JACQUES, 1999), as atividades físicas desenvolvidas através dos treinos no desporto adaptado melhora as condições totais do organismo como força, agilidade, coordenação motora, flexibilidade, postura e resistência física adquiridas com a prática de exercícios. Também a possibilidade dos esportes adaptados como a Bocha serem inseridos nas aulas de educação Física com funções de inclusão e de socialização, possibilitando ao aluno vivenciar uma modalidade de esporte paraolímpico no qual podem desenvolver seu potencial motor, cognitivo e social.

Referências Bibliográficas

APAE BRASIL. **Federação Nacional das Apaes**. Disponível em <<http://apae.com.br/>>. Acesso em 04 de set.de 2018.

AZEVÊDO, PAULO HENRIQUE. **A gestão pública federal de atividades esportivas como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência, no período de 1995 a 2002.**

2004. 223 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Série Legislação Brasileira)

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRIZOLLA, Francéli. **Políticas públicas de inclusão escolar: negociações sem fim**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007, Porto Alegre, BR-RS.

BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. **Educacion Física para niños y niñas com necesidades educativas especiais**. Málaga: EdicionesAljibe, 1995.

KISHIMOTO, TizukaMorchida. **Jogos Infantis; O jogo, a criança e a educação**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, I. A. **Saberes, imaginários e representações na educação especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PY, LUIZ ALBERTO E JACQUES, Haroldo. **A linguagem da Saúde**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 19-48.

SALAMANCA. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Salamanca: UNESCO, 1994

SNYDERS, Georges. **A alegria na escola**. São Paulo: Manole, 1988.

SOUZA G. M. B. **Avaliação inicial do Aluno com Deficiência Mental na Perspectiva Inclusiva**. 2007.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990.